

Encontro define em agosto política nacional de saúde

Da sucursal de
BRASILIA

Um documento estabelecendo as linhas gerais de uma política nacional de saúde para o Brasil será submetido à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Social pelo ministro Paulo de Almeida Machado, logo após a VI Conferência Nacional de Saúde em agosto. O documento "Política Nacional de Saúde" será apresentado e discutido entre secretários estaduais, representantes de órgãos públicos e dos ministérios da área social durante a realização da conferência e, a partir dos subsídios e sugestões apresentadas pelos participantes, o Ministério da Saúde elaborará o projeto final da política.

A VI Conferência Nacional de Saúde será realizada em Brasília, 1º a 6 de agosto, sob a presidência do ministro Almeida Machado, e terá cerca de 300 participantes, representantes de secretarias estaduais e órgãos ligados à saúde, dos quais o Ministério da Saúde espera sugestões e participação na elaboração da primeira política de saúde para o Brasil. O assessor do ministro, José Carlos de Azevedo, fará a apresentação do documento inicial da política, cuja elaboração é da competência do Ministério da Saúde, segundo a lei 6.229/75, que instituiu o Sistema Nacional de Saúde.

A Política Nacional de Saúde deverá dispor sobre

as prioridades do Brasil em termos de saúde e assistência médica, orientando o funcionamento dos órgãos estaduais, federais, municipais e privados que tratam da proteção, preservação, promoção e recuperação da saúde coletiva ou individual no sentido de proporcionar melhor cobertura sanitária à população. Embora o País não tenha até agora uma definição a esse respeito, o organizador da conferência, João Yunes, garante que o documento final não vai propor nenhuma política fechada, rígida que limite a atuação dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Saúde.

Segundo Yunes, vários aspectos dessa política de saúde do Brasil já foram definidos com medidas tomadas no atual governo, como o programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento, que representa uma definição do governo em termos de assistência sanitária às populações rurais; a lei de vigilância de medicamentos, que é uma política de proteção ao consumidor; o programa de assistência psiquiátrica, que dirige esse setor da saúde para o atendimento ambulatorial dos pacientes, pondo fim às internações hospitalares de doentes mentais e outros aspectos que já começam a definir as áreas e métodos de trabalho para os órgãos de saúde que atuam no Brasil.

É pensamento dos organizadores da VI Conferência Nacional de Saúde convidar

também para participar do encontro os secretários municipais de saúde, pelo menos das capitais e principais cidades brasileiras, a fim de que o envolvimento das administrações com a problemática de saúde chegue ao nível de municípios, que mais se aproxima da comunidade, chamando os setores organizados da população a participar das ações sanitárias. Por outro lado, seria mais um grupo de pessoas com poderes de decisão a ser conscientizado pela necessidade de se fazer saúde pública no Brasil especialmente com o fortalecimento dos municípios.

Além da política nacional de saúde, integram o temário oficial da conferência uma discussão sobre os "novos diplomas legais básicos, aprovados pelo governo em matéria de saúde", quando serão mostrados aos participantes decretos e leis já aprovados e cuja implementação e execução ficará a cargo dos Estados. É o caso da lei de vigilância dos medicamentos, do programa nacional de imunizações, das normas de fluoretação das águas e outros documentos elaborados pelo Ministério da Saúde.

"Controle das grandes endemias" também será parte do temário oficial e, em sua apresentação, o Ministério da Saúde pretende esclarecer aos participantes os progressos obtidos pelo Brasil no controle e erradicação da malária, esquistossomose, mal de chagas, tuberculose, febre amarela e ou-

tras doenças nos últimos anos. "Interiorização dos serviços de saúde" será outro tema oficial da conferência a ser discutido.

Os temas oficiais terão seu texto definido com antecedência e serão enviados aos participantes da conferência pelo menos 15 dias antes de sua realização, a fim de que os secretários estaduais de Saúde e representantes de outros órgãos do setor possam discuti-lo e também propor soluções e sugestões. Além desses temas, estão planejadas conferências paralelas a serem apresentadas durante o período em que forem elaborados os relatórios sobre os temas oficiais. Os participantes serão divididos em quatro grupos, cada um deles com a missão de estudar e apresentar relatório sobre um dos temas oficiais.

Entre as conferências, já estão confirmadas: diretrizes programáticas para a saúde mental, a cargo do coordenador dessa área, Josicelli Freitas; o presidente do INAN coordenará um painel sobre a ação do Pronan; será apresentada aos participantes uma visão sobre a instituição da carreira do sanitário no serviço público; modelo brasileiro de combate à esquistossomose será tema de outra conferência, enquanto um representante do Ministério da Previdência Social falará sobre a unificação dos serviços de assistência médica do setor, por meio do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).